



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL
Fls. 2

Projeto de Lei nº

308/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 JUN 2012

1º Secretário

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

Súmula: Declara de Utilidade Pública o CENTRO DE APOIO E INTEGRAÇÃO SOCIAL BEM VIVER, com sede em Umuarama.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO DE APOIO E INTEGRAÇÃO SOCIAL BEM VIVER, com sede na cidade de Umuarama.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 JUNHO 2012

FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual - PDT



JUSTIFICATIVA

O **CENTRO DE APOIO E INTEGRAÇÃO SOCIAL BEM VIVER**, sediada na Rua H, 3830, Conjunto Arco Íris, em Umuarama, Estado do Paraná, em funcionamento desde 30 de janeiro de 2008, é entidade sem fins lucrativos tendo por objetivo geral "atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, afetiva e cognitiva em período contra-turno na faixa etária de 04 a 16 anos, provenientes de famílias de baixa renda, pais desempregados, portadores de vícios, ou qualquer criança desde que se tenha vaga".

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2011.



FERNANDO SCANAVACCA
Deputado Estadual - PDT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 73

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 308/2012

Projeto de Lei nº. 308/2012

Autor: Deputado Estadual Fernando Scanavaca

Síntese: Declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio e Integração Social Bem Viver, com sede e foro em Umuarama.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavaca, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o *Centro de Apoio e Integração Social Bem Viver, com sede e foro no Município de Umuarama, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça;
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que
disponham sobre;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



a) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grito nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura e educação, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 75

seus atos constitutivos demonstrem as áreas de
autuação, sendo da assistência social, da educação, da
pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente
ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a
destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo
presente estatuto.

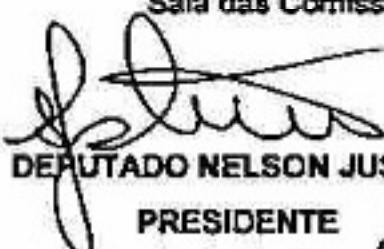
Cumprе ressaltar também que todos os demais
documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra
óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal
tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR